

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 138.º da Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro (LOE/2025))

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2026

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)

Classif.	Designação	out/22 a dez/22	2023	2024	jan/25 a set/25	Média dos 36 meses anteriores a out/2025
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090110	Venda de terrenos a Famílias	27 006	30 556	17 823	11 988	29 125
090201	Venda de habitações a Sociedades e quase-sociedades não financeiras		0	0	0	0
090210	Venda de habitações a Famílias	656	5 275	2 625	1 969	3 508
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090310	Venda de edifícios a Famílias	0	0	0	0	0
Total		27 663	35 831	20 448	13 957	32 633

Artigo 138.º da Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro (LOE/2025)

Previsão orçamental de receitas dos municípios resultantes da venda de imóveis

1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2026, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser, excecionalmente, de montante superior, se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.